

## DECLARAÇÃO

- 1 - António Carlos Rainha Perry da Câmara, portador do Cartão de Cidadão nº 04909114, emitido em 29/12/2011, residente na Rua das Pedreiras 20 3ºB em Lisboa, na qualidade de representante legal de **Perry da Câmara e Associados - Consultores de Engenharia, Lda.**, NPC nº. 503003328, com sede na Av. Ilha da Madeira, 36 R/C Esq. em Lisboa, Tel.: 213920900, Fax: 213920909, com o capital social de 45.000,00 €, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento **“Reparação de Obras de Arte e Pontões devido a danos causados por inundações e outras calamidades/Elaboração do projecto da Ponte dos Reis – Almagreira” – Processo nº 008\_AJD\_SA\_14**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **Perry da Câmara e Associados - Consultores de Engenharia, Lda.** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
- Proposta de Preço
- 3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:
- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
  - b) Não foi condenada, por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
  - c) Não foi objecto de aplicação da sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
  - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
  - f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto - Lei nº. 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº.1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de Maio e no nº 1 do artigo 460º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
  - g) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
  - h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
  - i) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
    - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da Acção Comum nº. 98/773/JAI, do Conselho;
    - ii) Corrupção, na acepção do artigo nº 3 do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Acção Comum nº. 98/742/JAI, do Conselho;
    - iii) Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses das Comunidades Europeias;
    - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva nº. 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
  - j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5 -** O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



PERRY DA CÂMARA E ASSOCIADOS  
Consultores de Engenharia, Lda.

- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e i) do nº 4 desta declaração.
- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 17 de Março de 2014